

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MURIAÉ.

No dia trinta e um do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e quarenta minutos, foi realizada uma reunião ordinária presencial na sala de reuniões da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade – sede Horto Florestal. A seguir, estão listados os membros do CODEMA que participaram da presente reunião: Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro, Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade e presidente do Conselho; Sr. Sergio Vilhena Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sr. Robério de Oliveira Torres, representando a EMATER-MG; Sra. Arielle Canedo Campos, representando a ONG IRACAMBI; Sra. Taynara Kerolayne Santos Elizeu, representando a FASM; Sra. Carolina Gonçalves Ohuti, representando a FUNDARTE; Sr. João Carlos Santos Areias, representando a AMERP; Sra. Roberta Souza Cruz Bastos e Sr. Tiago Lima de Almeida, representando a UNIFAMINAS; Sr. Matheus Henrique Santos, representando o corpo de bombeiros; Sr. Lucas Dutra de Melo, representando o CREA-MG; Sr. Anderson Oliveira da Silva, representando o DEMSUR; Sr. Volney Rosa da Silva, representando o Grama – AMA; Sr. Max Lenine Rezende de Oliveira, representando o IF-SUDESTE e; Sr. Willian Oliveira Secunho, representando a Secretaria Municipal de Saúde. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro deu início a reunião cumprimentos os presentes e explicou que as pautas serão debatidas normalmente e as deliberações serão feitas apenas pelos membros antigos, e ao final da reunião acontecerá a posse dos futuros membros. O Sr. Sergio Vilhena Vieira deu início a primeira pauta sobre o processo de intervenção em APP nº 036467/2025 de Oxi Vida Ltda. O requerente apresentou toda a documentação solicitada, o imóvel encontra-se em zona urbana e o terreno já está edificado. A atividade do empreendimento é revenda de oxigênio e possui o enquadramento legal correto. É um galpão industrial que com base nas definições legais, a consulta a imagens de satélite anteriores a 22 de julho de 2008 revelou que o imóvel já existia, parcialmente edificado, antes dessa data. A análise da figura, obtida do Google Earth em abril de 2004, evidencia um processo de urbanização consolidado na área do terreno. Todo galpão se encontra em APP, e o objetivo é a regularização de edificação já existente, embasada na Deliberação Normativa COPAM no 236/2019. A área de intervenção em APP é de 524,31 metros quadrados, e sem supressão de cobertura vegetal arbórea nativa/exótica isolada. Intervenção ambiental em caráter corretivo. A câmara técnica foi favorável ao deferimento da solicitação, considerando a análise técnica dos estudos e a legislação vigente, especialmente a Deliberação Normativa COPAM no 236/2019 (Art. 1º, IX, e Art. 4º), recomendamos o deferimento do requerimento. A intervenção se refere a um lote urbano com aprovação e registro anteriores a 22 de julho de 2008, que já possui infraestrutura completa (pavimentação, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água e drenagem pluvial). Essas características, somadas à ausência de supressão de vegetação arbórea exótica, qualificam a intervenção como de baixo impacto ambiental para a área de 524,31 m². Foi proposta três opções de medidas compensatórias conforme define Artigo 29º da Lei Municipal nº. 6.164/2021. Opção 01 - plantio de mudas de espécies arbóreas, porém imóvel sem área disponível; opção 02 – compensação ambiental por meio de execução de programas, planos e projetos. Apresentar Projeto ou Depósito: Custo de plantio de 1 hectare de mata atlântica). Valor R\$ 21.000,00 para 10.000 metros quadrados ou R\$ 2,10/metros quadrados. APP com intervenção sem edificação (intervenção total 524,31 m²). Valor de Insumos a adquirir R\$ 1.101,05. E opção 03 – compensação ambiental em pecúnia, a ser destinada ao Fundo Municipal de Defesa. Art. 40. Lei n. 6.164/2021 Tabela: Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG) (NBR 12.721:2006 - CUB 2006) – junho de 2025. Total da compensação pecuniária no valor de R\$ 24.088,69. Sr. Sergio Vilhena colocou em votação e os membros do CODEMA deliberaram a favor do deferimento da solicitação, condicionado a compensação da opção 03: compensação pecuniária no valor de R\$ 24.088,69 a ser depositados no fundo Municipal do Meio Ambiente.

45 Finalizando esta pauta, a Sra. Carolina Gonçalves Ohuti questionou sobre a aquisição do datashow, e
46 Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro explicou que a parte licitatória está bem burocrática, porém
47 está em andamento a aquisição do datashow, telhados e drone. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes
48 Ribeiro explicou aos membros que na última reunião teve a aprovação do valor de R\$ 114.000,00 (cento
49 e quatorze mil reais) para a reforma dos telhados. A Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro
50 informou também que, conseguiu através da deputada Beatriz Cerqueira, um carro e as fossas sépticas,
51 e conseguiu pelo deputado Rogerio Correia uma verba de R\$ 268.000,00 (duzentos e sessenta e oito mil
52 reais). Desse recurso, a Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro explicou que seria utilizado para a
53 reforma de uma casa no terreno da Escola Família Agrícola, na Fazenda Novo Horizonte, porém foi
54 verificado que não há condições de realizar a reforma e sim uma nova construção, e diante disto a Sra.
55 Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro explicou que não tem como perder essa emenda, e como solução,
56 a Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo sugeriu utilizar o dinheiro do CODEMA para a construção
57 da casa, e utilizar o dinheiro da emenda para a reforma do telhado. Todos os membros aprovaram.
58 Passada esta pauta, o Sr. Victor Garcia Pinto apresentou aos membros o recurso 30/2025 de Jair José
59 de Freitas. Síntese dos fatos: em maio de 2025 houve uma denúncia oral de poda drástica em um *figus*
60 em frente à uma casa na Rua Líbano, 59, São Cristóvão, em 29 de maio de 2025 houve uma diligência
61 onde constatou o ocorrido. Em 2 de junho de 2025 foi constatado que não havia autorização prévia,
62 diante disto foi lavrado o Auto de Infração nº 030/2025 no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).
63 Em 26 de junho de 2025 o representante apresentou o recurso via Processo nº 035984/2025 requerendo
64 o cancelamento do Auto de Infração nº 30/2025 e apresentou várias evidências. Diante do exposto, a
65 câmara técnica foi favorável ao deferimento da solicitação. Todos os membros acompanharam o parecer
66 da câmara técnica pelo deferimento da solicitação. Finalizando esta pauta, a Sra. Adriana Aparecida de
67 Moraes Ribeiro informou aos membros que a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade está
68 fazendo podas pela equipe da prefeitura, pela equipe terceirizada, e tem as podas realizadas pela
69 Energisa e as podas particulares, e para tranquilizar os membros, a Secretaria tem o controle diário de
70 como são feitas e quem fez, e existem muitas espécies de árvores que não aceita poda recorrente,
71 exemplo: Sibipiruna. E como no Município existem muitas espécies desta árvore, a Secretaria irá retirar
72 essas árvores para eliminar os riscos. Dando prosseguimento aos cortes de árvores, o Sr. Douglas
73 Barbosa Castro explicou aos futuros membros que todos os processos são enviados com o parecer
74 anteriormente as reuniões, ao grupo do CODEMA via whatsapp e e-mail, para análise previa. Sr.
75 Douglas Barbosa Castro iniciou com o primeiro processo através do Boletim de Ocorrência 091/2025, e
76 refere-se à solicitação de corte de uma *Persea americana* (Abacateiro). Em vistoria realizada no local, os
77 técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade constataram cenário compatível
78 com o descrito pela Defesa Civil no boletim de ocorrência no 091/2025. A árvore encontra-se em posição
79 de risco de queda potencial, apresentando características de instabilidade estrutural e
80 comprometimento biológico. Considerando o risco à segurança pública e à integridade de edificações e
81 pessoas nas proximidades, é tecnicamente justificável a autorização para supressão do exemplar
82 arbóreo, condicionando ao plantio equivalente a duas vezes o número de árvores suprimidas, sendo o
83 total de duas mudas a serem plantadas, preferencialmente de espécies nativas, ou depósito do valor
84 pecuniário correspondente no Fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do CODEMA
85 acompanharam o parecer da câmara técnica, de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo
86 processo nº 034410/2025 refere-se à solicitação de corte de uma *Pachira aquatica* (Monguba). Em vistoria
87 no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade verificaram a
88 presença de um indivíduo da espécie *Pachira aquatica* (Monguba), de grande porte e localizado em área
89 urbana. Durante a inspeção, constatou-se a presença de insetos perfurantes (xilófagos) no tronco da
90 árvore, caracterizando infestação ativa. O exemplar apresenta idade avançada e seu estado
91 fitossanitário geral foi avaliado como “condição debilitada” e possível risco de comprometimento
92 estrutural em médio/longo prazo. A justificativa apresentada pela requerente é pertinente, uma vez que

93 a infestação por cupins em espécies exóticas de madeira porosa pode facilmente se expandir para
94 estruturas residenciais, o que representa risco patrimonial e, em casos mais avançados, até risco à
95 segurança de moradores. Dada a situação constatada e o comprometimento biológico visível, entende-
96 se que o pedido de supressão é tecnicamente justificado, sendo condicionado ao plantio equivalente a
97 duas vezes o número de árvores suprimidas, sendo o total de duas mudas sendo ao menos uma das
98 mudas plantadas próximas ao local da supressão, preferencialmente de espécies nativas e adequadas ao
99 meio urbano. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica, de acordo com
100 a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 035672/2025 refere-se à solicitação do corte de uma
101 *Cecropia angustifolia* (embaúba). Em vistoria realizada no local, os técnicos da Secretaria Municipal de
102 Meio Ambiente e Sustentabilidade constataram a presença de um único exemplar da espécie *Cecropia*
103 *angustifolia* (Embaúba), localizado em área urbana, nas proximidades da residência do requerente. A
104 embaúba é uma espécie nativa de crescimento rápido, comum em áreas de regeneração e bordas de
105 mata. Sua estrutura é conhecida por apresentar tronco oco e madeira pouco densa, o que torna a árvore
106 especialmente vulnerável a rompimento em condições de ventos fortes, chuvas intensas ou mesmo em
107 decorrência do envelhecimento natural da planta, principalmente quando isolada, como no caso em
108 questão. Além disso, a espécie possui sistema radicular pouco profundo, sendo considerada inadequada
109 para ambientes urbanos quando não associada a outras árvores ou estruturas de proteção. Em
110 ambientes urbanos, seu uso é geralmente restrito devido à fragilidade estrutural e curta longevidade.
111 Considerando a proximidade da árvore com a residência do requerente e os riscos potenciais de queda
112 relacionados à espécie e ao seu porte, conclui-se que a justificativa apresentada — “sujeito a queda” —
113 é tecnicamente plausível diante do cenário observado. A câmara técnica foi favorável ao deferimento do
114 pedido condicionado ao plantio (próximo ao local da supressão) equivalente a cinco vezes o número de
115 árvores suprimidas, sendo o total de cinco mudas, preferencialmente de espécies nativas de médio porte
116 e compatíveis com o local. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica, de
117 acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 037038/2025 refere-se à solicitação de
118 corte de três árvores sendo dois *Ficus sp.* e um *Syzygium jambos* (jambeiro). Em vistoria realizada no
119 local, os técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade identificaram três
120 indivíduos arbóreos exóticos na calçada frontal ao imóvel: dois exemplares do gênero *Ficus sp.* e um
121 *Syzygium jambos* (jambeiro). As espécies do gênero *Ficus* não são indicadas para arborização urbana,
122 especialmente em calçadas estreitas, devido ao seu porte elevado, ao crescimento agressivo das raízes e
123 aos danos estruturais que causam a pavimentações e redes subterrâneas. Sendo assim, recomenda-se a
124 supressão dos dois indivíduos de *Ficus sp.*, conforme autorizado pela Lei Municipal no 6.164/2021, que
125 dispensa a anuência do CODEMA nos casos da espécie *Ficus benjamina* (exótica). O exemplar de
126 *Syzygium jambos*, encontra-se em alinhamento com os *Ficus* e apresenta inadequação ao espaço,
127 comprometendo a funcionalidade da via pública e da calçada. Considerando seu porte e localização,
128 também se recomenda a supressão do jambeiro. Diante do exposto, este parecer é favorável à supressão
129 dos três indivíduos arbóreos identificados (dois *Ficus sp.* e um *Syzygium jambos*), mediante o
130 cumprimento das medidas compensatórias: será exigido o plantio de 06 (seis) mudas de espécies
131 preferencialmente nativas – equivalência de dois para um por árvore suprimida. Recomenda-se que,
132 sempre que possível, pelo menos uma muda seja plantada no mesmo passeio, em local adequado e
133 seguro. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica, de acordo com a
134 condicionante estabelecida. O próximo processo nº 037287/2025 refere-se a solicitação de corte de uma
135 *Tibouchina granulosa* (Quaresmeira-roxa). Em vistoria realizada no local, os técnicos da Secretaria
136 Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade verificaram a presença de um indivíduo arbóreo
137 localizado de nome científico *Tibouchina granulosa*, na calçada frontal ao terreno situado na R. Manoel
138 Avelino da Costa, 90. Foi analisado o projeto arquitetônico apresentado pelo requerente, no qual a
139 posição da árvore coincide com o local destinado à instalação do portão de acesso à garagem. Também
140 foi conferido o alvará de construção emitido pela Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, que está

141 vigente e faz referência direta ao projeto anexado ao processo, incluindo a anotação do responsável
142 técnico pela obra. Diante do evidente conflito entre o posicionamento da árvore e a futura entrada da
143 garagem, entende-se que a solicitação é tecnicamente justificável. Para minimizar os impactos
144 ambientais e considerando o porte da espécie e as características morfológicas de suas raízes, este
145 parecer técnico recomenda o transplântio da árvore para um ponto próximo na mesma calçada, em
146 local que não interfira com a entrada da garagem, conforme indicado no projeto apresentado. Fica
147 ainda estabelecido que, caso o indivíduo arbóreo não resista ao transplântio, o requerente deverá
148 realizar o replântio de um novo exemplar da mesma espécie (*Tibouchina granulosa*) no local do novo
149 posicionamento. A câmara técnica foi favorável ao indeferimento do pedido e supressão e recomenda o
150 transplântio. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica, de acordo com a
151 condicionante estabelecida. O próximo processo nº 037675/2025 refere-se a solicitação de corte de duas
152 *Licania tomentosa* (Oiti). Em vistoria realizada no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Meio
153 Ambiente e Sustentabilidade constataram a presença de dois indivíduos arbóreos da espécie *Licania*
154 *tomentosa* (Oiti), localizados na calçada em frente à residência. As árvores apresentam porte elevado e
155 boas condições fitossanitárias. No entanto, observou-se que o espaço urbano ao redor é limitado, com
156 evidentes sinais de danos estruturais: deformações significativas na calçada, piso da garagem
157 comprometido e indícios de interferência no encanamento hidráulico, especialmente nas proximidades
158 do hidrômetro, junto à base de uma das árvores. Diante da incompatibilidade espacial e dos prejuízos
159 já ocasionados à infraestrutura urbana, considera-se tecnicamente viável autorizar a supressão dos dois
160 exemplares, com base nos critérios de risco e impacto ao entorno imediato. Como medida
161 compensatória, recomenda-se o plantio de duas árvores e pelo menos uma nova árvore no local, de
162 espécie compatível com o espaço urbano disponível, priorizando aquelas de porte controlado e sistema
163 radicular não agressivo. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica, de
164 acordo com a condicionante estabelecida. O processo nº 037763/2025 refere-se à solicitação de corte de
165 uma *Licania tomentosa* (Oiti) e uma *Caesalpinia pluviosa* (Sibipiruna). Em vistoria realizada no local,
166 os técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade identificaram dois exemplares
167 arbóreos localizados na calçada frontal ao endereço informado. O exemplar de *Licania tomentosa* (Oiti)
168 apresenta bom estado fitossanitário, com copa bem desenvolvida e inclinação suave. Não foram
169 constatados danos relevantes à calçada, tampouco obstrução significativa à faixa de pedestres. A
170 interferência com a rede elétrica é real, mas passível de controle mediante poda periódica orientada,
171 sem necessidade de remoção do exemplar. Por outro lado, o exemplar de *Caesalpinia pluviosa*
172 (Sibipiruna) encontra-se em estado mais comprometido, além de suas raízes estarem provocando
173 rachaduras e elevação da calçada. A árvore apresenta indícios de ataque por insetos perfurantes, além
174 de ter sua copa severamente deformada por podas sucessivas e mal conduzidas, realizadas pela
175 concessionária de energia elétrica. A desuniformidade da copa e o comprometimento estrutural
176 dificultam sua recuperação e manutenção em área urbana. Diante disso, recomenda-se a supressão do
177 exemplar de Sibipiruna e sua substituição por uma muda de Oiti de alto padrão (mínimo 2,5 m de
178 altura), a ser plantada no mesmo local. A câmara técnica foi favorável ao deferimento parcial do pedido.
179 O requerente deverá realizar o plantio de 01 muda de Oiti (*Licania tomentosa*) no local da intervenção,
180 com características de muda de alto padrão (mínimo 2,5 m de altura, bem tutorada e com copa
181 formada). O plantio deve obedecer às normas de arborização urbana, não interferindo em acessos,
182 sinalização ou redes de infraestrutura. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara
183 técnica, de acordo com a condicionante estabelecida. O Sr. Douglas Barbosa Castro apresentou também
184 um recurso referente ao processo Administrativo 36685/2025 de supressão arbórea em frente à loja 68,
185 Grupo Bahamas S/A. Foi explicado aos membros que este processo foi apresentado e deliberado na
186 reunião 147ª do CODEMA desde que apresentasse o estudo técnico e a anuência dos vizinhos. O parecer
187 fundamenta-se no laudo técnico (estudo de trânsito) previamente apresentado pela empresa, bem como
188 no Parecer Jurídico DFA/12-2025, emitido por advogados especializados, que será submetido à

189 **deliberação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA. Conforme laudo técnico**
190 **apresentado pelo requerente, a árvore em questão encontra-se instalada em área pública, mais**
191 **precisamente na faixa de passeio frontal à entrada de abastecimento (doca) da loja 68. O estudo técnico**
192 **detalhado apresentado demonstra que o exemplar arbóreo representa obstáculo físico direto às**
193 **manobras dos caminhões que realizam o abastecimento da unidade, comprometendo a segurança e a**
194 **operação logística do estabelecimento, além de afetar o tráfego local. O laudo aponta a inexistência de**
195 **alternativas operacionais ou de redesenho do acesso que eliminem o conflito sem intervenção direta na**
196 **árvore. A árvore não está inserida em fragmento florestal, não possui valor ecológico singular**
197 **identificado (como ser de espécie ameaçada, rara ou com função ecológica específica no contexto**
198 **urbano), nem há previsão de replantio próximo viável, devido à ocupação urbana consolidada. O**
199 **parecer jurídico DFA/12-2025 (anexo ao processo) oferece análise embasada que esclarece que: a árvore**
200 **encontra-se em logradouro público, sob responsabilidade do Município, conforme o art. 99, I, do Código**
201 **Civil; a exigência de anuência de moradores vizinhos, condicionante anteriormente imposta pelo**
202 **CODEMA, não encontra respaldo legal na Lei Complementar Municipal nº 4.215/2017; a autorização**
203 **ambiental pode se basear unicamente na análise técnica e interesse público envolvido, sem depender da**
204 **anuência de terceiros, desde que atendidos os princípios da legalidade, razoabilidade, eficiência e**
205 **supremacia do interesse público. Diante disso, e considerando que o requerente demonstrou**
206 **tecnicamente a necessidade da supressão e a inviabilidade de obtenção de anuência dos vizinhos, não**
207 **cabendo penalização ao interessado por fatores externos, a exigência de anuência não deve ser mantida.**
208 **Diante dos fundamentos técnicos e jurídicos apresentados: embora de frente a imóvel vizinho, a árvore**
209 **está em área pública e interfere diretamente na operação logística de um estabelecimento comercial em**
210 **funcionamento regular, com impacto comprovado sobre a segurança viária e operação urbana; foi**
211 **apresentado laudo técnico embasado, assinado por profissional habilitado, que respalda a necessidade**
212 **da intervenção; a justificativa apresentada está amparada na legislação vigente e no interesse público,**
213 **não havendo óbice técnico para a supressão; as medidas compensatórias serão definidas em**
214 **conformidade com as diretrizes do Fundo Municipal de Meio Ambiente, mediante plantio de mudas em**
215 **quantidade e local a serem indicados pela Secretaria. Assim, o parecer da câmara técnica é favorável ao**
216 **deferimento da solicitação para a supressão do exemplar arbóreo em questão, sem que seja necessário**
217 **apresentar anuência do(s) proprietário(s) dos imóveis vizinhos. Os membros do CODEMA**
218 **acompanharam o parecer da câmara técnica pelo deferimento da solicitação condicionando o corte a**
219 **doação para o Horto Florestal de vinte mudas de árvores de 2,5 metros de altura. Finalizando esta pauta,**
220 **passou-se para a posse dos novos membros de acordo com a comunicação institucional, o resultado**
221 **preliminar da Chamada Pública para seleção de instituições representantes no conselho municipal de**
222 **Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) biênio 2025/2027, e grupo gestor das APAS. São 22 vagas sendo**
223 **11 representantes de sociedade civil e 11 representantes de órgãos governamentais. Foram inscritos 9**
224 **representantes de sociedade civil e 9 representantes de órgãos governamentais. Representantes de**
225 **órgãos governamentais: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade como representante nato a**
226 **Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro e diretor Sr. Sergio Vilhena Vieira; Secretaria de Obras**
227 **Públicas e Urbanismo como membro titular o Sr. Mauro Francisco de Aquino e membro suplente a Sra.**
228 **Fernanda Reis Moulin; Secretaria de Agricultura como membro titular a Sra. Walkyria Edna Fabiano**
229 **Mansô e membro suplente o Sr. Rafael de Melo Lopes; DEMSUR como membro titular o Sr. Anderson**
230 **Oliveira da Silva e como membro suplente o Sr. Marcelo Gomes de Lima; FUNDARTE como membro**
231 **titular a Sra. Carolina Gonçalves Ohuti e membro suplente Sr. Sandro Areal Carrizo; IEF como**
232 **membro titular a Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi e membro suplente a Sra. Josiane**
233 **Macedo de Andrade Almeida; Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Minas Gerais como membro**
234 **titular o Sr. Marcos Aurélio de Carvalho e membro suplente o Sr. Matheus Henrique Santos e; EMATER**
235 **como membro titular o Sr. Roberio de Oliveira Torres e membro suplente o Sr. Adenilson Mendes**
236 **chaves. Passando para os representantes de sociedade civil: Sindicato dos trabalhadores Rurais como**

237 membro titular o Sr. Adair Rodrigues da Fonseca e membro suplente a Sra. Maria Aparecida de Oliveira
238 Silva; IRACAMBI como membro titular a Sra. Arielle Canedo Campos e membro suplente o Sr. Robin
239 John Graham Le Breton; CREA como membro titular o Sr. Lucas Dutra de Melo e membro suplente o
240 Sr. David de Souza Aguiar; CRBIO como membro titular o Sr. Vander Bruni da Silva e membro suplente
241 o Sr. Heverton Marques Roberti; COOPAF como membro titular a Sra. Milce Aparecida Navas Loreti
242 e membro suplente o Sr. Luiz José do Prado; Associação Franciscana como membro titular o Sr. Jean
243 Carlos Santos Areias e membro suplente o Sr. Gilberto Teixeira da Silveira; AMERP como membro
244 titular o Sr. João Carlos Santos Areias e membro suplente o Sr. Evandro Hassen Freire; FAMINAS como
245 membro titular a Sra. Roberta Souza Cruz Bastos e membro suplente a Sra. Lisiane Cristina Souza
246 Barbosa; IFF SUDESTE como membro titular a Sra. Juliana Sena Calixto e membro suplente o Sr. Max
247 Lenine Rezende de Oliveira e; FASM como membro titular a Sra. Taynara Kerolayne Santos Elizeu e
248 membro suplente a Sra. Fernanda de Sá da Silva. Passada a posse dos novos membros, o Sr. Douglas
249 Barbosa Castro explicou que, pela Lei de criação do CODEMA, tem duas vagas excedentes para
250 instituições de ensino. Sr. Douglas Barbosa Castro solicitou a aprovação para mantes os excedentes. Os
251 membros aprovaram. Foi informado que as reuniões ordinárias do CODEMA acontecem em todas as
252 últimas quintas feiras uteis de cada mês, as oito horas. Como estamos no período do decreto de 90 dias,
253 onde o horário de expediente será das 12:00 às 18:00, a Sra. Adriana Aparecida de Moraes Ribeiro
254 propôs manter o horário de oito horas para a próxima reunião, depois dialogar com os membros o
255 horário das outras. Aprovado pelos membros. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada as
256 nove horas e trinte e cinco minutos, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será
257 assinada pelos membros
258 presentes. _____
259 _____
260 _____
261 _____
262 _____
263 _____
264 _____
265 _____
266 —